



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação

BIOPOLÍTICA E SISTEMAS SOCIAIS DE CLASSIFICAÇÃO DA SUBALTERNIZAÇÃO

BIOPOLITICS AND SUBALTERNIZATION SOCIAL CLASSIFICATION SYSTEMS

Daviane da Silva Ribeiro – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)

Gustavo Silva Saldanha – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A pesquisa discute a relação entre subalternização e biopolítica no âmbito da construção de sistemas sociais de classificação na estrutura social que conformam as populações subalternizadas. Utiliza método teórico e exploratório, a partir do diálogo sobre a dialética entre abordagens estruturalistas e pós-estruturalistas de fabricação de sistemas sociais de classificação. Problematisa a estigmatização de corpos e subjetividades da população negra e de Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais, expostas à vulnerabilidade, pela produção de discursos manipulatórios induzidos por instituições científicas, médicas e jurídicas, componentes do dispositivo, permitindo a estruturação da sujeição. Expõe as estratégias das tecnologias de poder e a construção da anormalidade que possibilitaram os encadeamentos entre o dispositivo de sexualidade e o dispositivo de racialidade na elaboração dos sistemas de subalternização. Pondera sobre as relações de poder imbricadas a concepção de governo e as fissuras possibilitadoras de uma transformação do ser em sujeito moral por meio das “técnicas de si”. Debate o uso do discurso pelo biopoder e as biopolíticas como quadro de ferramentas desinformacionais. Reflete sobre o regime de visibilidade informacional proporcionado por recursos tecnológicos e digitais e pelo controle dessas tecnologias viabilizando o poder informacional que propicia o desenvolvimento do racismo algorítmico. Sugere como estratégia de luta, a adoção da competência crítica em informação, dado a inconstância e não totalidade sujeição dos seres subalternizados como instrumento para uma possível autonomia do sujeito.

Palavras-chave: sistema social de classificação; biopolítica; sujeição; vulnerabilidade; subjetividade.

Abstract: The research discusses the relationship between subordination and biopolitics in the context of the construction of social classification systems in the social structure that shape subalternized populations. It uses a theoretical and exploratory method, based on the dialogue on the dialectic between structuralist and post-structuralist approaches to the creation of social classification systems. It problematizes the stigmatization of bodies and subjectivities of the black population and of Lesbians, Gays, Bi, Trans, Queer/Questioning, Intersex, Asexual/Aromantic/Agender, Pan/Poly, Non-binary and others, exposed to vulnerability, by the production of manipulative discourses induced by scientific,

medical and legal institutions, components of the device, allowing the structuring of subjection. It exposes the strategies of the technologies of power and the construction of abnormality that enabled the links between the device of sexuality and the device of raciality in the elaboration of the systems of subalternization. It considers the power relations intertwined with the conception of government and the fissures that enable the transformation of the being into a moral subject through “techniques of the self”. It discusses the use of discourse by biopower and biopolitics as a framework for disinformational tools. It reflects on the regime of informational visibility provided by technological and digital resources and the control of these technologies, enabling the informational power that fosters the development of algorithmic racism. It suggests, as a strategy for struggle, the adoption of critical competence in information, given the inconstancy and non-total subjection of subalternized beings as an instrument for a possible autonomy of the subject.

Keywords: social classification system; biopolitics; subjection; vulnerability; subjectivity.

1 INTRODUÇÃO: OS SISTEMAS SOCIAIS DE CLASSIFICAÇÃO NA PRODUÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA DA SUBALTERNIZAÇÃO

La propiedad más humana por excelencia, la humanidad, se vincula mayoritariamente - en todos los diccionarios - al campo semántico de la compasión: empatía, solidaridad, generosidad, misericordia, compromiso, hospitalidad, colaboración... conceptos asociados o sinónimos de una humanidad que, en general, se prodiga poco si observamos los avatares de la historia o la desesperanza cotidiana (García Gutiérrez, 2022, p. 11).

O objetivo da pesquisa é discutir as relações entre subalternização e biopolítica no âmbito dos estudos de construção de sistemas sociais de classificação de e contra comunidades na esfera pública. O método, teórico e exploratório, parte de fontes críticas das relações entre cultura e sociedade, sob o escopo da biopolítica e do controle dos corpos como forma de subalternização e violência inscritas em processos desinformativos. Este regime dificulta o estabelecimento do ser humano como sujeito, em um diálogo entre abordagens estruturalistas e pós-estruturalistas, macro e microssociais, acerca do processo subjetivo, demarcado sócio-historicamente pelas relações de poder.

O solo empírico-crítico vincula-se ao contexto da vulnerabilidade da população negra e LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bi, Trans, *Queer*/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais). As fontes teóricas basilares da pesquisa estão fundamentadas a partir da filosofia de Pierre Bourdieu (2000), Michel Foucault (1979, 1995, 1997, 1999a, 1999b, 2001, 2006) e Judith Butler (2003, 2015, 2019), junto à perspectiva crítico-informativa de Anna Brisola, Arthur Bezerra, Marco Schneider e Rafael Capurro.

Considerando o ser como uma forma histórica, constituído socialmente, em que o discurso possibilita sua existência e define suas chances enquanto sujeito, parte-se do pressuposto de um discurso implicado nas relações saber-poder, que favorece a construção do sujeito por diferentes moldes de sujeição, relegando-os a um estado de vulnerabilidade social.

Ao avaliar, simultaneamente, o histórico precário de estruturação da cidadania brasileira, mais precisamente, grupos em vulnerabilidade social como pessoas negras e LGBTQIAPN+ supõe-se uma intervenção nesse processo por relações de poder estruturadas ideologicamente, determinando as formas de subjetividade, configurando-se como:

[...] lutas que questionam o estatuto do indivíduo: por um lado, afirmam o direito de ser diferente e enfatizam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais. Por outro lado, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo (Foucault, 1995, p. 234-235).

Dado que, não existe sujeito inseparável das condições sociais e históricas, “nenhum ‘eu’ que não esteja implicado em um conjunto de normas morais condicionadoras, que, por serem normas, têm um caráter social que excede um significado puramente pessoal ou idiossincrático” (Butler, 2015, p. 12). Viabiliza-se, nesse sentido, a construção permanente de estigmas, conceituados por Goffman (1988) como atributos que constituem uma desvantagem por uma pré-concepção social, favorecendo, por consequência, a produção do sujeito pela sujeição, por meio de um estado de dependência, submissão quanto a construção do seu “eu” pelo “outro” (Foucault, 1995).

Alinhando essa situação ao cotidiano delineado pelas tecnologias de informação e comunicação, compreende-se que estas multiplicam as formas de visualização de toda sorte de registros informacionais, sejam textuais, imagéticos ou sonoros nas redes digitais, propiciando uma atualização dos regimes de informação. Estas observações nos conduzem ao percurso teórico de reflexão, primeiramente, sobre subalternização, vulnerabilidades e sistemas sociais de classificação; em segundo lugar, discute-se dispositivo e biopolítica, com foco na dialética dos sistemas de classificação e das vulnerabilidades; em um terceiro momento, pondera-se a miséria das classificações sociais no contexto contemporâneo dos processos desinformacionais de produção do sujeito; por fim, a pesquisa aponta para os resultados trágicos da atuação direta dos sistemas sociais de classificação da subalternização.

2 REFLEXÃO SOBRE SUBALTERNIZAÇÃO: QUESTIONANDO POPULAÇÕES VULNERÁVEIS NO HORIZONTE DA BIOPOLÍTICA E SEUS SISTEMAS SOCIAIS DE CLASSIFICAÇÃO

Muitos repetem a frase de Talleyrand: a linguagem existe para ocultar o pensamento do diplomata (ou de uma pessoa ardilosa e suspeita). Mas o que é certo é o contrário. A linguagem sempre revela o que uma pessoa tem dentro de si e deseja encobrir, de si ou dos outros, ou que conserva inconscientemente. Este também é, sem dúvida, o significado da frase *Le style c'est l'homme* [o estilo é o homem]. Uma pessoa pode fazer declarações mentirosas, mas o estilo deixará as mentiras expostas (Klemperer, 2009, p. 49).

Relacionando o *cogito* cartersiano na expressão do ser cognoscente perante o objeto dado ao sujeito sociológico clássico, percebe-se que a integração social desses grupos não ocorre em sua plenitude devido o modelo instituído e formalizado na Modernidade de classificar os indivíduos de acordo com seus atributos, por meio da imputação de estigmas, representados em três referências: as abominações do corpo/deformidades físicas, caráter/vontades fracas/distúrbios mentais e por último os estigmas tribais de raça, nação e religião (Goffman, 1988), interferindo na estruturação do sujeito, através da sujeição, formas de subjetivação e submissão, ou seja, “aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros” (Foucault, 1995, p. 235).

Neste cenário do discurso Ocidental na Modernidade, as pessoas negras não se reconhecem e não são reconhecidas enquanto sujeitos, em função do processo colonizador em que se instituiu o padrão eurocêntrico de beleza e cultura, atrelado aos resíduos da escravidão. Seus corpos reificados e comercializados, continuam a ser sexualizados ou animalizados. Pessoas negras ocupam no imaginário brasileiro uma inferioridade intelectual e caráter duvidoso. A origem e a cultura africana são tidas como mostra de incivilidade, enquanto a religião ancestral equipara-se à feitiçaria, sendo-lhes imputados violências físicas e simbólicas, carregadas pela herança da cor até os dias de hoje.

As estratégias de classificação eugênicas, mais precisamente, advindas das teorias de Francis Galton (1869), conhecido pelo trabalho apontado como fundador da eugenia *Hereditary genius*, na tentativa de provar que a capacidade humana é gerada pela hereditariedade e não pela educação, contribuíram para a disseminação científica de uma natalidade geneticamente aprimorada. Por outro lado, socialmente, empenhava-se na

repressão de casamentos inter-raciais, além de indesejáveis, como epiléticos, alienados, entre outros grupos considerados nocivos à sociedade (Schwarcz, 1993).

A população LGBTQIAPN+ é rotulada, principalmente, pelo estigma de caráter, em virtude de o homossexualismo ser deduzido a uma vontade fraca, paixão não natural potencialmente ocasionada por distúrbios mentais. Além disso, atreve-se mencionar, que pessoas negras, asiáticas, indígenas, entre outras presentes no grupo LGBTQIAPN+ que fogem ao padrão eurocêntrico, estão sujeitas a serem acometidas pelo estigma de raça, o que influenciaria ainda mais sua posição na hierarquia social.

Embora depreenda-se o termo de Goffman sobre as abominações do corpo e/ou deformidades físicas como um atributo de origem ou obtido infortunadamente, arrisca-se dizer que esse grupo também enfrenta este estigma quando sente necessidade de transpor o gênero interior para o exterior corpóreo, em razão dos preconceitos e estereótipos conferidos a quem assume um corpo diferente do gênero socialmente reconhecido, pois, conforme pontuado por Solomon (2013, p. 781), as ameaças ao gênero representam risco à ordem social. “Se as regras não são respeitadas, tudo parece permitido, e Joana d’Arc deve ir para a fogueira. Se permitirmos que as pessoas cortem seus pênis e peitos quando quiserem, que possibilidade teremos de manter a integridade de nosso próprio corpo?”.

Butler (2003) pondera sobre a construção política do sujeito estar submetida a operações políticas com propósitos de legitimação e de exclusão, naturalizadas por avaliações fundamentadas em estruturas jurídicas. Tal conjuntura pode ser complementada ao considerar as ingerências científicas sobre os processos orgânicos e biológicos, ou seja, o corpo e a população, possibilitadas pela medicina – um saber-poder convertido em método político de intervenção com impactos próprios, disciplinares e regulamentares através da norma (Foucault, 1999a).

Dessa maneira, o biopoder – poder de assegurar a vida em geral, seja do corpo ou da população, na utilização de tecnologias - distinguiu corpos pelo sexo, assim como a classificação das raças, incutindo atributos e cesuras, permitiu ao biopoder inserir a morte, tal como nos Estados modernos, por meio do racismo, enquanto um recurso latente nesse domínio da vida, definido por Foucault (1999a, p. 304) como “[...] o corte entre o que deve viver e o que deve morrer”. Desse modo, o racismo age como um mecanismo de controle populacional tanto em seu aspecto biológico quanto político.

A Medicina e, conseqüentemente, a constituição da sociedade da normalização, propiciou um investimento do poder no corpo, uma preocupação e estímulo para a saúde e beleza, gerando em contrapartida reivindicações do corpo contra o poder, instaurando o cuidado de si, proporcionando transformação e resistência do sujeito. Contudo, o poder encontra alternativas de articulação, exemplificadas por Foucault (1979), como a eliminação de doentes, segregação dos delinquentes, controle de indivíduos com doenças contagiosas.

3 DISPOSITIVO E BIOPOLÍTICA: A DIALÉTICA DOS SISTEMAS SOCIAIS DE CLASSIFICAÇÃO NA ESFERA DAS VULNERABILIDADES

É voz corrente dizer que a linguagem é a expressão de uma época. Da mesma forma pode-se dizer que é o retrato de um tempo e de um país. O Terceiro Reich se expressa de modo terrivelmente uniforme, em todas as suas manifestações e em todo o legado que nos deixa, na ostentação desmesurada das edificações faustosas, nos escombros, no tipo dos soldados, dos homens das SA e das SS, definidos como figuras ideais em cartazes sempre renovados mas sempre muito parecidos uns com os outros, nas autoestradas e nas valas comuns (Klemperer, 2009, p. 48-49).

A instauração da normalização social estruturada pelo biopoder possibilita através da biopolítica a capacidade de fazer viver e deixar morrer, através de mecanismos situados entre o saber e o poder, ou seja, institui-se, conforme menciona Foucault (1999a, p. 292), “[...] da natalidade, da morbilidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, é disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu poder”. As tramas de construção dos sistemas sociais de classificação têm condições de mobilizar forças de violência e de extermínio, como demonstram Klemperer (2009) e a construção do *ethos* nazista através do discurso do Terceiro Reich, assim como toda a dinâmica teórico-sistemática do discurso fascista aludido por Vignaux (1999), ou no que aponta como “demônio da classificação”.

Essas formas de intervenção e controle que se dão inicialmente pela centralização da informação e normalização do saber perpassam pelo discurso produzido e reproduzido por instituições disciplinares como escolas, quartéis, hospitais, entre outros, e regulamentares como subestatais, órgãos médicos, seguros e demais abaixo do nível estatal (Foucault, 1999a), articuladas como um dispositivo autorizado a distinguir entre normais e anormais, capacitado

para a produção e disseminação de conhecimentos que interferem nas subjetividades e consequentemente na construção dos sujeitos.

Tais configurações que envolvem práticas discursivas ou não discursivas, englobando domínios do saber e consequentemente estratégias de poder, constituem:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (Foucault, 1979, p. 244).

Foucault (2006) desenvolve em suas obras, algumas modalidades de dispositivos, contudo, nesta oportunidade, destacaremos o dispositivo de sexualidade, estruturado por relações de poder induzidas por instituições pedagógicas, médicas, psiquiátricas e políticas que utilizam de métodos e técnicas na inculcação de um discurso a ser disseminado como verdadeiro, garantindo a reprodução perpétua desse saber-poder.

Inicialmente a sexualidade era controlada por uma tecnologia do pecado – em que os indivíduos confessavam as verdades sobre si (Foucault, 1979), sendo o problema da alma transferido posteriormente para uma vigilância do organismo (Foucault, 1999b). O dispositivo, estruturado pelo biopoder, permite as intervenções das biopolíticas, regulamentando populações através das instituições para o atendimento das regras sociais. Assim, o desenvolvimento de classificações dos sujeitos discrepantes à norma, foram de certo modo, produzidos e retificados, emergindo três elementos de representação dos anormais: o monstro humano, o indivíduo a ser corrigido e a criança masturbadora (Foucault, 2001).

A figura do monstro humano tem como contexto de referência a lei, num domínio jurídico-biológico, é visualizado como uma violação das leis sociais e da natureza. Por outro lado, o indivíduo a ser corrigido tem como campo de aparecimento a família, e, por vezes, em relação às instituições que a apoiam, como a escola, a igreja, a polícia, entre outras. Trata-se de uma evidência familiar, porém, sem provas, tornando-o incorrigível. Por último, o masturbador ou a criança masturbadora, cujo sistema de referência também é a família em sentido mais estreito, como o corpo, a cama, o quarto, os pais, irmãos, babás, médicos, e todo o núcleo em torno do sujeito e seu corpo. Definido como um sujeito quase universal, sobre o mesmo recai o quadro de inferência de doenças corporais, nervosas e psíquicas, instituindo uma etiologia sexual.

Concebendo tais representações da anormalidade e ao ponderar que as relações de poder, reproduzidas nos dispositivos, também incluem a sexualidade, os atributos dos anormais possibilitaram delinear formas de controle das práticas sexuais, uma vez que, perpassam pelo âmbito biológico, médico e político, explorando do discurso da degenerescência da raça, das doenças sexuais, homossexualismo, entre outros, atingindo primeiramente os interesses da classe dominante, através do dispositivo de sexualidade, objetivando, segundo Foucault (1999b, p. 101), “[...] penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global”. Embora dirigido inicialmente a classe dominante, o restante da população foi inclusa prevendo principalmente o controle médico e judiciário das anormalidades, além da natalidade, pretendendo preservar a sociedade.

O dispositivo de sexualidade não objetivava a repressão sexual das classes a serem exploradas, mas, sim, a maximização da vida e descendência das classes que dominavam, atendendo, segundo Foucault (1999b, p. 116), “[...] a uma nova distribuição dos prazeres, dos discursos, das verdades e dos poderes”. A classe dominante utiliza desse dispositivo buscando resguardar a saúde do seu organismo e sua descendência, com base em premissas médicas ou eugênicas e biológicas. O corpo sexual da classe dominante representava mais que autoafirmação, e sim, a materialidade necessária a manutenção da representação de sua hegemonia política, econômica e cultural.

Não imaginemos a burguesia se castrando, simbolicamente, para melhor recusar aos outros o direito de ter um sexo e usá-lo a seu bel prazer. Deve-se, ao contrário, vê-la, a partir da metade do século XVIII, empenhada em se atribuir uma sexualidade e constituir para si, a partir dela, um corpo específico, um corpo “de classe” com uma saúde, uma higiene, uma descendência, uma raça [...] (Foucault, 1999b, p.117).

Por mais que o dispositivo de sexualidade não tenha sido forjado intencionalmente como forma de sujeição de outra classe ou para a distinção de “raças”, permitiu tal feito, pois ao afirmar sua diferença e hegemonia, a classe dominante possibilitou a classificação de diferenças marcadas pela inferioridade:

Testemunhos disto são as obras publicadas em número tão grande, no fim do século XVIII, sobre a higiene do corpo, a arte da longevidade, os métodos para ter filhos de boa saúde e para mantê-los em vida durante o maior tempo possível, os processos para melhorar a descendência humana; eles atestam, portanto, a correlação entre essa preocupação com o corpo e o sexo e um certo “racismo” (Foucault, 1999b, p.118).

Posto isto, Sueli Carneiro ratifica que o investimento pela classe dominante em sua sexualidade possa ter contribuído para um efeito significativo sobre o corpo, resultando em significações culturais que estruturaram o corpo da burguesia como representação da humanidade e modelo ideal de Ser para as demais classes sociais, instituindo assim, o dispositivo de racialidade, demarcado por:

[...] uma dualidade entre positivo e negativo, tendo na cor da pele o fator de identificação do normal, e a brancura será a sua representação. Constitui-se assim uma ontologia do ser e uma ontologia da diferença, posto que o sujeito é, para Foucault, efeito das práticas discursivas. [...] O dispositivo de racialidade ao demarcar o estatuto humano como sinônimo de brancura irá por consequência redefinir todas as demais dimensões humanas e hierarquizá-las de acordo com a sua proximidade ou distanciamento desse padrão (Carneiro, 2005, p. 42-43).

Todo um complexo de instituições entrelaçadas constituem o dispositivo e vem viabilizando, gradualmente, uma degradação social, interferindo nos segmentos que circundam a vida da população negra e LGBTQIAPN+, inclusive no que condiz a sua subjetividade, dado que:

[...] aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a (Foucault, 1995, p. 235, grifo do autor).

O discurso, que atravessa o sujeito e promove uma possível tradução da realidade social se inscreve num imbricado de relações, que define os sujeitos, a posição que ocupa, as ausências e presenças e o que pode ser ou não disseminado sobre estes, a depender das relações firmadas entre os diferentes sujeitos, configurando-se analogicamente, em poder simbólico, descrito, *grosso modo*, como a capacidade de legitimar o discurso dando sentido à realidade (Bourdieu, 2000), possibilitando consequentemente, a sujeição de indivíduos e suas posições em sociedade.

4 PROCESSOS DESINFORMACIONAIS DE PRODUÇÃO DA SUJEIÇÃO NAS REDES DIGITAIS E ESTRATÉGIAS DE LUTA POR AUTONOMIA

Os domínios da “representação” política e linguística estabeleceram *a priori* o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado de a representação só se estender ao que pode ser reconhecido como

sujeito. Em outras palavras, as qualificações do ser sujeito têm que ser atendidas para que a representação possa ser expandida (Butler, 2003, p. 18).

A partir do contexto de aproximação e problematização das biopolíticas, avalia-se a imbricação entre as diferentes relações travadas nos dispositivos, como as relações de poder, relações de comunicação e capacidades objetivas. Estas se apoiam de modo recíproco, servindo-se de instrumentos mútuos, uma vez que, respectivamente, tratam dos domínios, técnicas e transformação da realidade; dos signos, da comunicação e produção de sentido; e, por último, dos meios de coação, desigualdades e da ação dos indivíduos sobre outros, ao passo que, não há relação de poder sem resistência, o que implica uma estratégia de luta (Foucault, 1995), vislumbrada na limitação da noção de governo, “entendida no sentido amplo de técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens” (Foucault, 1997, p. 101).

Ao ponderar que essa conquista não garante a autonomia do sujeito, visto que, não há princípios incondicionais de determinação de condutas, preza-se por estratégias a serem empregadas como ferramentas diante desses fenômenos na atual “sociedade da informação”, em que se transmuta o poder simbólico conceituado por Bourdieu (2000), em poder informacional, dado a interligação do campo tecnológico ao social. É através do discurso que se pode moldar a visão de mundo e as ações sobre o mundo. Ao considerar que veículos comunicacionais puderam com a exploração das redes e mídias digitais – poder informacional segundo Brito e Pinheiro (2015), promover uma abundância informacional, produzindo, circulando e reproduzindo sob várias óticas – a que melhor convém no momento, discursos tomados como inquestionáveis, estes acabam por influir na composição de subjetividades e, por consequência, na estruturação de seres assujeitados. Estes são rotulados como “anormais” em sociedade, uma vez que “a produção de discursos ‘verdadeiros’ (e que, além disso, mudam incessantemente) é um dos problemas fundamentais do Ocidente” (Foucault, 1979, p. 231), evoca-se, sem a intenção de enveredar por discussões sobre a verdade, a pós-verdade – “uma luta de poderes midiática, política e econômica” (Bezerra; Capurro; Schneider, 2017, p. 374), que remete “[...] às noções eticamente negativas de engano, mentira, ilusão coletivas. No extremo, trata-se de mistificação de massas” (Schneider, 2022, p. 254), como mais um dos fenômenos desinformacionais na atualidade, que contribui para o ciclo de subalternização.

A atualidade digital permeada por *fakenews*, descrita por Brisola e Bezerra (2018, p. 3323), como “notícias fabricadas, com características jornalísticas, mas antecipadamente pensadas para a manipulação e descoladas da verdade”, aliadas a pós-verdade e a tantas outras estratégias desinformativas favorecidas pelas formas de desenvolvimento e controle das tecnologias, pois, os *softwares* que suportam os recursos informacionais digitais são produzidos por conglomerados de maneira que necessitem de manutenção e atualização constante, ocasionando dependência, exigindo por sua vez, uma práxis técnica dos indivíduos para lidar com essas interfaces, sejam plataformas ou *softwares* (Pimenta, 2019).

As habilidades necessárias vão além das técnicas, emergindo uma necessidade de avaliação crítica dessa nova experiência estética que se projeta no seio cultural através do regime de visibilidade informacional, que não é neutra, uma vez que é conjugada por relações de poder entre esses conglomerados, disputando mercado e para além, o controle algorítmico de dados pessoais e corpos em sua virtualidade que são projetados na materialidade social pela ótica classificatória ocidental.

Esse poder informacional favorece o fenômeno do racismo algorítmico, espécie de atualização do racismo estrutural, desenvolvido por uma gama de *softwares* e tecnologias digitais alimentados por uma inteligência artificial comprometida com o colonialismo e o patriarcado. Tal regime racista viabiliza a ordenação racializada de recursos, conhecimentos e violência para pessoas não brancas, fortalecendo vulnerabilidades, incluindo outros elementos, como gênero, sexualidade e demais marcadores sensíveis da diferença, uma vez que “existem meios de distribuir vulnerabilidades, formas diferenciadas de alocação que tornam algumas populações mais suscetíveis à violência arbitrária do que outras” (Butler, 2019, p. 10).

O racismo algorítmico, “o modo pelo qual a disposição de tecnologias e imaginários sociotécnicos em um mundo moldado pela supremacia branca realiza a ordenação algorítmica racializada de classificação social, recursos e violência em detrimento de grupos minorizados” (Silva, 2022, p. 66), no qual perpassam a discursividade e a promoção da desinformação de grupos minoritários se estabelece como uma estratégia articulada na manutenção de uma eterna sujeição dos indivíduos. São instrumentos de regulação social violenta que estabelecem tramas estruturadas e estruturantes dos sistemas de classificação que atuam simbolicamente como fundamentações do ser subalternizado na esfera pública.

Diante desse contexto, sugere-se a competência crítica em informação, enquanto uma “[...] amálgama que diferencia o que é simplesmente disponibilizado, técnico ou ensinado (formal ou informalmente pelos dispositivos técnicos ou aparatos de poder) daquilo que é criticamente apreendido e utilizado pelo indivíduo” (Brisola; Bezerra, 2018, p. 3328), como forma de resistência e estratégia de luta com vistas à autonomia do sujeito, compreendendo “[...] que parte da deliberação vai ocasionar uma compreensão crítica de sua gênese social e de seu significado” (Butler, 2015, p. 13), considerando contudo, as limitações implicadas nas instâncias dos dispositivos, seus regimes informacionais e as variáveis históricas que regem as regras de conduta e conseqüentemente, essa “liberdade”, visualizada como reconhecimento social adquirido por práticas e experiências de constituição do sujeito moral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS RESULTADOS TRÁGICOS DOS SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO DA SUBALTERNIZAÇÃO

Em todos estes discursos que misturam noções tão vagas como “raça”, “povo” ou “etnia”, o que impressiona então é o fato de estas mesmas noções encontrarem uma forma de adesão sub-reptícia, isto é, penetram no *senso comum* e instalam-se nele por longos períodos. Já se conhecem as análises dos que tentaram explicar o porquê dos processos racistas: a miséria dos povos, a ignorância, a inveja, o ressentimento contra o judeu, acusado de ser demasiado rico, e ainda a invocação de espécies de “borboríngamos” de uma memória arcaica, que nos faria regularmente fabricar “outros”, “estrangeiros”, e daí “inferiores”, “inimigos”. Mantém-se a pergunta: como é que tudo isto pode funcionar? (Vignaux, 1999, p. 91).

As relações de poder, enquanto rede estratégica, permitem através do discurso a sujeição ou transformação de seres humanos em sujeitos. Através do percurso percorrido considerou-se os modos de pensar o sujeito a partir de Foucault, mediante as disciplinas e instituições, fundamentados por discursos e por meio de práticas subjetivas retomando o sujeito de si para si.

O discurso pode pender para enunciados verdadeiros ou falsos, valorizando tanto a informação quanto a desinformação na produção dos sistemas sociais de classificação. É por meio desse instrumento que se materializa os atributos do ser, categorizando e transformando a realidade social. Este sistema complexo tem engendrado debates filosóficos acerca da humanidade do homem, culminando conseqüentemente em proposições de cunho humanistas.

É justamente por meio de instituições integrantes do dispositivo, como educacionais, científicas e médicas, por exemplo, entrelaçadas por diversas outras estruturas, que se almeja uma transformação quanto a concepção e reconhecimento do ser humano enquanto sujeito, uma vez que, as relações de poder travadas pelo discurso enaltecem uma “civilização” gerada pela barbárie, seja física ou simbólica.

Deste modo, a própria cultura que fez do homem um ser subjetivo tem questionado sua humanidade diante da legitimação de desigualdades e da adoção de atitudes eticamente questionáveis para com seus semelhantes, visto que o ser humano tem agido há tempos de forma animalesca, em prol da nação, da religião e por tantos outros motivos, como pelo “desenvolvimento” científico que através da racionalidade moderna conquistou surpreendentes avanços à custa de inúmeros retrocessos.

Conjugando as reflexões anteriores ao tratamento bestificante oferecido aos indivíduos tidos como “anormais”, se entrevê contradições e pouca racionalidade no atual ser social, dado que “a invenção da existência a partir dos materiais que a vida oferecia levou homens e mulheres a promover o suporte em que os outros animais continuam, em mundo. [...] A experiência humana no mundo muda de qualidade com relação à vida animal no suporte” (Freire, 1996, p. 29).

Os sistemas sociais de classificação da subalternização atuam, assim, como ferramentas de poder, opressão e reprodução, violência, coerção e massacre. Pondera-se a relação dialética entre discurso civilizatório – que envolve a materialidade da experiência socialmente compartilhada além de referências interpretativas de sentido - e cultura, enquanto padrões de tradução e explicação da experiência que fundam normas, valores e regras de conduta para reprodução da desigualdade e da exploração, tendo como metaferramentas sistemas classificatórios que sustentam a falácia da civilidade.

FINANCIAMENTO

A pesquisa foi desenvolvida a partir do fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Arthur; CAPURRO, Rafael; SCHNEIDER, Marco. Regimes de verdade e poder: dos tempos modernos à era digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p. 371-380, nov. 2017. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4073>. Acesso em: 18 set. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRISOLA, Anna; BEZERRA, Arthur Coelho. Desinformação e circulação de “*fakenews*”: distinções, diagnóstico e reação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018. p. 3316-3330. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1219/1636. Acesso em: 18 set. 2024.

BRITO, Vladimir de Paula; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Poder informacional e desinformação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2015. p. 144-164. Disponível em: <https://ancib.org/revistas/index.php/tpbci/article/view/355/355>. Acesso em: 18 set. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Tradução Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Tradução Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 18 set. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta; Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. *In*: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel**

Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais:** curso no Collège de France (1974-1975). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos Cursos do Collège de France:** (1970-1982). Tradução Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALTON, Francis. **Hereditary genius:** an inquiry into its laws and consequences. London: MacMillan and Co., 1869. Disponível em: <https://galton.org/books/hereditary-genius/>. Acesso em: 18 set. 2024.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio L. **Tout droit:** Iniciación a la desclasificación. Madrid: ACCI ediciones, 2022.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

KLEMPERER, Victor. **LTI:** a Linguagem do Terceiro Reich. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. Cultura da visibilidade informacional: Estética e política da técnica no regime global de informação. *In:* BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; PIMENTA, Ricardo M.; SALDANHA, Gustavo Silva (org.). **iKRITIKA:** estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019, p. 117-170.

SCHNEIDER, Marco. Hegel e a Desinformação Digital em Rede. *In:* SALDANHA, Gustavo; CASTRO, Paulo César; PIMENTA, Ricardo (org.). **Ciência da Informação:** sociedade, crítica e inovação. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. p. 251- 272. (Coleção PPGCI 50 anos). Disponível em: <http://perfil-i.ibict.br/media/uploads/2022/05/27/saldanha-castro-pimenta-6.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico:** inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

SOLOMON, Andrew. **Longe da árvore:** pais, filhos e a busca da identidade. Tradução Donaldson M. Garschagen, Luiz A. de Araújo, Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

VIGNAUX, Georges. **O demónio da classificação:** pensar, organizar. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.